



UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC  
ÁREA DE CIÊNCIAS DAS HUMANIDADES  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR  
CAMPUS APROXIMADO DE CAMPOS NOVOS

ANGELA CARLA DORINI

**PLANO DE AÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL  
DE ENSINO FUNDAMENTAL ANDRÉ REBOUÇAS**

Campos Novos

2016

ANGELA CARLA DORINI

**PLANO DE AÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE  
ENSINO FUNDAMENTAL ANDRÉ REBOUÇAS**

Trabalho apresentado à Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC, como requisito parcial para a obtenção de média bimestral na disciplina de Planejamento em Gestão Escolar, do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar.

Orientadoras:

Prof. Dra. Cleusa Conceição Terres Schuch

Prof. Dra. Jaqueline Marcela Vilafuerte Bittencourt

Campos Novos

2016

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>6</b>
2.1. PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO ESCOLAR .....	10
<b>3. ORGANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA PATRIMONIAL DA ESCOLA.....</b>	<b>12</b>
3.1 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA .....	13
3.1.1. Objetivo Geral Do Plano .....	13
3.1.2. Dimensão Socioeconômica.....	13
3.1.3. Dimensão Pedagógica.....	14
3.1.4. Dimensão administrativa .....	15
3.1.5. Dimensão física .....	16
3.1.6. Dimensão financeira .....	17
<b>4. METAS E AÇÕES DO PLANO.....</b>	<b>18</b>
4.1 AVALIAÇÃO DO PLANO .....	21
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>23</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pode ser entendido como a sistematização de um processo de planejamento de gestão escolar visando atender e envolver toda a comunidade escolar a fim de valorizar e contextualizar o meio em que estão inseridos. Totalmente amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9394 de 1996, pelas orientações contidas nas diretrizes curriculares elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, busca-se este ideal em todas as esferas financeira, administrativa, pedagógica e social trilhando um caminho interativo, aberto ao real e às múltiplas dimensões ressignificando a escola, o ensino e a interação.

A organização do sistema educacional desta instituição ocorreu devido a instalação de indústrias que atraíram muitos moradores para este local surgindo assim a necessidade de uma escola. Fundou-se então a primeira escola de Barra do Leão, município de Campos Novos que levou o nome “André Rebouças” sendo uma homenagem feita ao engenheiro que fez a planta da ponte da estrada de ferro na comunidade. Atualmente, o sistema de ensino desta instituição é atendido pela Secretaria Municipal de Campos Novos atendendo a Educação infantil e Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais. A comunidade do Distrito da Barra do Leão caracteriza-se por acentuada atividade agrícola, pecuária e turística, e os alunos matriculados são das comunidades vizinhas.

Quando falamos em gestão no âmbito educacional, significa além de gerência, administração, tomada de decisão, organização, e direção, é entendida como o ato de gerir sobre a dinâmica cultural da escola, tendo como base princípios da democracia contidos nas diretrizes e políticas educacionais públicas. A gestão escolar exige de seu gestor, de acordo com Monteiro (2001), habilidades técnicas, humana e conceitual.

A gestão democrática, nesse sentido, é uma possibilidade de propagar uma consciência emancipatória, na qual os sujeitos são participativos na tomada de decisão, transformando-se em uma forma de resistência à lógica do capital, a qual fundamenta-se pela competitividade, individualismo e lucro, e promovendo a cidadania.

O objetivo deste plano de gestão é proporcionar situações de ensino aprendizagem para que os educandos se tornem mais autônomos, críticos e reflexivos, valorizando, respeitando e contextualizando à sua realidade sócio econômica cultural, previstas na LDB. Este plano designa também a organização escolar, analisando a escola

em sua função social que vai além do repasse do conhecimento, com possibilidades e limites para transformar a sociedade e o papel que a escola desempenha hoje na sociedade.

Independente das dimensões seja administrativa, pedagógica, social ou física, as metas visam a gestão participativa e democrática como promover a participação e a união da família com a escola informando-lhes de todos os fatos relevantes que ocorrem na instituição chamando-lhes para conhecer a escola e o método de ensino para 2017, discutir mudanças da “pedagogia” da escola, criar rotinas administrativas coerentes com a atividade de cada professor, tornar público a aplicação de Recursos com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) realizando prestação de contas dos prazos e em conformidade com as normas exigidas e implantar uma horta escolar para o melhoramento e aperfeiçoamento do ensino aprendizagem dos educandos.

A busca pela qualidade tem sido o pivô dos discursos políticos sobre as ações na educação. A definição de qualidade da educação é uma tarefa complexa porque envolve contextos, atores e situações diversificadas, sendo um grande desafio para o gestor.

Embora haja avanços, sabe-se que grande parte das escolas ainda não tem um gestor que atue dentro dos princípios da gestão democrática e muitas escolas ainda apresentam um caráter autoritário. Porém, na sociedade em que vivemos não cabe mais uma escola com uma gestão centralizada, onde o gestor se julga dono dos recursos, dono do saber e dono das decisões. O gestor contemporâneo deve ter um relacionamento interpessoal, que se disponha a ouvir, quando vê que se pode melhorar e quando aceita opiniões.

Este trabalho apresenta a continuação do referencial teórico, a caracterização da escola juntamente com seu diagnóstico e posteriormente as metas e ações pensadas para este trabalho. Pautada para ser inteiramente uma gestão democrática, cada escola é singular e, traça seu próprio caminho de acordo com o contexto em que está inserido, pois conhecendo a realidade se possibilita sistematizar contribuições positivas para o êxito da educação.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A educação é um bem social indispensável a todo cidadão que deseja progredir e isso implica em uma formação para o exercício consciente da cidadania na sociedade esperando que a escola faça a diferença na vida dos alunos. Para que a escola faça sua função de garantir a entrada do educando e o acesso ao conhecimento, promovendo o desenvolvimento de seus alunos, é necessário que todos estejam engajados num mesmo propósito, ou seja, envolvidos de forma responsável, com o processo de ensino-aprendizagem e as questões que interferem no sucesso do educando, e que se faça valer o direito constitucional de acesso e permanência do aluno na escola pública gratuita e de qualidade a todos que nela desejam ingressar. Porém, antes precisamos conhecer os caminhos e as transformações que a educação obteve nestas últimas décadas, discutir a organização escolar indicada pela LDB, analisando também a escola em sua função social que vai além do repasse do conhecimento, com possibilidades e limites para transformar a sociedade.

Em 1988, uma nova Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Constituição Cidadã deu espaço para intenções e projetos abafados há muito tempo na educação, contemplando demandas de democratização. A década de oitenta foi de abertura política e de democratização e a década de 1990 foi de reformas do Estado, de parcerias entre Estado e sociedade civil, privatizações e emergência do Terceiro Setor.

As mudanças vividas na atualidade (décadas de 80 e 90) em nível mundial, em termos econômicos, sociais e culturais, com a transnacionalização da economia e o intercâmbio quase imediato de conhecimentos e padrões sociais e culturais, através das novas tecnologias da comunicação, entre outros fatores, têm provocado uma nova atuação dos Estados nacionais na organização das políticas públicas, por meio de um movimento de repasse de poderes e responsabilidades dos governos centrais para as comunidades locais, eximindo o estado da reponsabilidade de execução e agindo apenas como agente regulador. Na educação, um efeito deste movimento são os processos de descentralização da gestão escolar, hoje percebidos como uma das mais importantes tendências das reformas educacionais em nível mundial e um tema importante na formação continuada dos docentes e nos debates educacionais com toda a sociedade.

Dentre essas ações, está a gestão democrática da educação formal que está associada ao estabelecimento de mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais;

no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e necessidades de investimento; na execução das deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional, a democratização do acesso e estratégias que garantam a permanência na escola, tendo como horizonte a universalização do ensino para toda a população, e o modelo gerencialista, apontando diferentes vivências dessa proposta, como a introdução de modelos de administração empresariais, ou processos que respeitem a especificidade da educação enquanto política social, buscando a transformação da sociedade e da escola, através da participação e construção da autonomia e da cidadania.

Deste modo intensificou-se as políticas de avaliação em larga escala, a partir dos anos de 1990, diferentes indicadores de desempenho de estudantes, escolas e redes foram criados pelo Estado brasileiro para assegurar determinado referencial de qualidade. Estudos realizados por Dourado, Oliveira e Santos (2007); Dourado e Oliveira (2009); Silva (2009); Fonseca (2009), dentre outros, evidenciam que os múltiplos pontos de vista nem sempre explícitos, e a superficialidade de diversas produções, contribuem com a imprecisão do conceito, pois na educação o discurso da qualidade se encontra clamado por mudanças no campo econômico e consubstanciado na compreensão que se tem sobre o que é a educação. Para NARDI; SCHNEIDER; RIOS, 2014 os estudiosos brasileiros defendem a adoção do termo qualidade social, consubstanciado na visão de educação como prática social e ato político. Este conceito se distancia da visão predominante nos setores produtivos por compreender a “promoção e atualização histórico-cultural, em termos de formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e resgate social” (DOURADO, OLIVEIRA, 2009, p. 211). Afinal, tomar a qualidade a partir da dimensão social implica em avaliar as múltiplas determinações que afetam as condições de ensino e de aprendizagem nas escolas e não apenas validar dados numéricos os quais, muitas vezes, se encontram focados na ótica produtiva.

Com a vigência desse referencial e seu amplo processo de afirmação pelas políticas educacionais e setores da sociedade, as escolas são desafiadas à implementação de ações capazes de repercutir na produção de melhores índices (NARDI; SCHNEIDER; RIOS, 2014), embora continuem, em razão de seu compromisso político e pedagógico, conclamadas a observar as singularidades e objetivos educativos e sociais nutridos por suas comunidades, o que inclui o desafio histórico de avançar na democratização da gestão escolar.

Podemos observar que o termo Gestão Democrática do Ensino Público é encontrado na LDB ao determinar que “um dos princípios que deve reger o ensino é a

gestão democrática”. E o artigo 14 define que os sistemas de ensino devem estabelecer “normas” para o desenvolvimento da gestão democrática, e que essas por sua vez precisam estar de acordo com as peculiaridades de cada sistema. E para que a gestão democrática seja construída é preciso que haja representação dos alunos, dos pais ou responsáveis pelos alunos, dos professores e demais funcionários, da direção escolar e da comunidade local. Reunido, este órgão tem grande poder de decisão.

Para Ribeiro, Cornélio e Oliveira (2014) uma gestão escolar que caminha na perspectiva de transformação social necessita partir do princípio da gestão democrática, sendo um processo contínuo que exige participação, descentralização e autonomia. Esse modelo educacional deve estar comprometido com a sociedade buscando transformá-la, contribuindo assim para a crítica sistemática às desigualdades sociais, a busca incessante por justiça social, se preocupando sempre com o espaço escolar.

Em contrapartida, a lógica do sistema pressupõe que a escola use de seu poder para propagar a ideia do individualismo e da competitividade, isso ocorre através de metas estipuladas de cima para baixo e que consideram resultados obtidos pelas avaliações externas, tornando-a um ambiente de treinamento e não um espaço de reflexão crítica e contribuindo para a manutenção da sociedade liberal e conservadora.

Gestão no âmbito educacional, significa além de gerência, administração, tomada de decisão, organização, e direção, é entendida como o ato de gerir sobre a dinâmica cultural da escola, tendo como base princípios da democracia contidos nas diretrizes e políticas educacionais públicas. A gestão escolar exige de seu gestor, de acordo com Monteiro (2001), habilidades técnicas, humana e conceitual.

A gestão democrática, nesse sentido, é uma possibilidade de propagar uma consciência emancipatória, na qual os sujeitos são participativos na tomada de decisão, transformando-se em uma forma de resistência à lógica do capital, a qual fundamenta-se pela competitividade, individualismo e lucro, e promovendo a cidadania.

De acordo com Esteban (2006):

Pensar e fazer uma escola pública de qualidade para as classes populares tem sido um grande desafio para os educadores comprometidos com a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. Em períodos de transformações tão profundas como o que estamos vivendo, este desafio parece tornar-se ainda mais complexo, pois a incerteza acompanha cada passo ESTEBAN (2006).

As concepções de gestão escolar refletem diferentes posições políticas e concepções do papel da escola e da formação humana na sociedade. Portanto, o modo como uma escola se organiza e se estrutura tem um caráter pedagógico, ou seja, depende



de objetivos mais amplos sobre a relação da escola com a conservação ou transformação social. Segundo Libâneo (2004), no processo de organização e gestão existem duas concepções bastante diferenciadas em relação às finalidades sociais e políticas da educação: a concepção científico-racional existe uma visão mais burocrática e tecnicista da escola que é tomada como uma realidade objetiva e neutra, que pode ser planejada, organizada e controlada de modo a alcançar melhores índices de eficácia e eficiência, e a concepção sócio crítica, em que as escolas que operam nesse modelo dão forte peso à estrutura organizacional, à hierarquia de funções, às normas e regulamentos, à direção centralizada e ao planejamento com pouca participação das pessoas.

Definir a identidade da escola é fundamental, pois a escola tem papel importante na construção da identidade das crianças e jovens. A construção da identidade da escola perpassa as dimensões política e pedagógica do Projeto Político Pedagógico. A dimensão política se refere à visão de sociedade e de homem. O PPP é político porque

Todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político, no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica. (SAVIANI, 1983, p. 12).

Libâneo destaca a escola como organização de trabalho e lugar para desenvolvimento do conhecimento do professor, as mudanças pelas quais as escolas estão passando nos âmbitos econômico, político, cultural, educacional, geográfico, e a postura que os professores devem ter diante destas novas perspectivas os quais terão de estar em contínua aprendizagem e formação.

Mediante tais acontecimentos, o ensino vem sendo afetado pelas alterações nos currículos, na organização escolar, alterações estas ocorridas pela introdução de novas tecnologias, novas atitudes e valores sociais e culturais. Frente a esta mudanças, a sociedade exige uma escola para novos tempos, a qual deve preparar cidadãos com perfil crítico e criativo, porém há a necessidade de formação da ética e respeito dentro da sociedade capitalista, na qual estamos inseridos e globalizados.

Precisa-se buscar a qualidade social do ensino. Novos valores sociais imperam e as Escolas de qualidade deverão apresentar professores capacitados, que atendam às necessidades do corpo discente, segundo as exigências sociais em que está inserido e adequar conteúdos de acordo com a vida cultural e prática do aluno. Porém isso só

acontecerá se os professores derem importância para a formação continuada como condição de garantia da execução do trabalho com qualidade conscientizando-os para a necessidade de participação nos processos de organização e gestão visando a qualidade e melhoria da aprendizagem dos alunos.

## 2.1. PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO ESCOLAR

A LDB nº. 9394/96 prevê dimensões de planos para a área educacional que se repartem conforme sua abrangência, em: Projeto Político Pedagógico, Plano de Ensino, Plano de aula.

O Projeto Político Pedagógico diz respeito aos pressupostos filosóficos, sociológicos e políticos que norteiam a instituição. Deve ser construído coletivamente, envolvendo todos do universo educativo: diretores, especialistas, professores, alunos e pais. No Planejamento de Ensino temos alguns elementos essenciais: conhecimento da realidade; dados de identificação; ementa; finalidade; conteúdos; metodologia; atividades discentes; cronograma; recursos; avaliação; bibliografia. O planejamento de uma disciplina deve ser elaborado antes do início do ano letivo, organizando-se as ações que serão efetivadas. E o plano de aula deve indicar o que fazer no dia-a-dia da sala de aula, propondo o bom emprego do plano de ensino. Nele estará contemplado o tema ou assunto que o professor deseja trabalhar, as atividades e estratégias utilizadas para se alcançar os objetivos propostos, bem como o registro da avaliação, que deve servir para o professor retomar sua prática pedagógica, reorientando-a se necessário, e propondo novas ações.

A verificação do rendimento escolar para o Ensino Fundamental deverá obedecer ao dispositivo da Legislação vigente, e as diretrizes emanadas pela secretária Municipal da Educação. A Avaliação da instituição escolar é um processo contínuo, tendo por objetivo a verificação da aprendizagem, o aproveitamento e o desenvolvimento do educando, bem como a apuração final do rendimento escolar.

Ainda, o processo Ensino Aprendizagem é global, portanto articulado e mediado como um todo e em todos os segmentos: Direção, Corpo Docente, Corpo Discente, Funcionários, APP e o Conselho Deliberativo.

Amparada pela LDB nº. 9394/96, assegura o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental objetivando a definição de propriedades e a melhoria da qualidade do ensino, ressaltando que a avaliação deve ser “contínua e

cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”, assegurando tempo e espaço diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo, provendo, obrigatoriamente, períodos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo. Assegura também que nos dois primeiros anos iniciais do Ensino Fundamental não haverá retenção ou reprovação dos alunos, considerando que este período deve ser destinado à construção de conhecimentos que solidifiquem o processo de alfabetização e de letramento, exceto quando a frequência for inferior a 75% (setenta e cinco por cento).

A Resolução nº. 001 do Conselho Municipal de Educação – COMEC, do Município de Campos Novos, que dispõe sobre a Matriz Curricular da Educação Básica Nível Educação Infantil e Ensino Fundamental de 9 Anos, orienta que os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular a seus conteúdos, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos contemplando a base comum nacional e a parte diversificada do currículo (CAMPOS NOVOS, 2011).

A carga horária mínima anual do Ensino Fundamental regular será de oitocentas (800) horas relógio, distribuídas em, pelo menos duzentos, (200) dias de efetivo trabalho escolar em cinco (5) dias de trabalho semanal com turno diurno nos períodos matutino e vespertino. O mínimo de horas de atendimento ao educando será de quatro (4) horas diárias distribuídas em vinte e seis (26) aulas semanais com duração de quarenta e cinco (45) minutos cada uma.

### **3. ORGANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA PATRIMONIAL DA ESCOLA**

A organização do sistema educacional desta instituição ocorreu devido a instalação de indústrias que atraíram muitos moradores para este local surgindo assim a necessidade de uma escola. Fundada a primeira escola de Barra do Leão, município de Campos Novos, funcionava provisoriamente em duas casas de madeira para alunos de 1ª à 4ª série, no ano de 1947. Outra escola foi construída em 1950 com o nome de Escola Estadual de Barra do Leão. Em 1954 foi construída a Escola Estadual Grupo Escolar André Rebouças.

Segundo pesquisas o nome “André Rebouças” foi uma homenagem ao engenheiro que fez a planta da ponte da estrada de ferro na comunidade. No ano de 1995 houve a municipalização da escola. Entre os anos de 1990 à 1999 houve nesta escola o sistema escola Itinerante, formando alunos de 5ª à 8ª série. O Grupo Escolar André Rebouças, foi criado pelo Decreto municipal de Campos Novos sob o número 3.833/98 de 14 de abril de 1998.

Atualmente, o sistema de ensino desta instituição é atendido pela Secretaria Municipal de Campos Novos. No ano de 2007 segundo decreto nº 5.349/07 e parecer nº 02/2007 de 06/02/2007, com ampliação passou a atender alunos de 6ª à 8ª série do Ensino Fundamental dos 8 anos e 1º a 9º ano dos 9 anos. No ano de 2011 ficou retificado e ratificado pelo Decreto nº 6.303 de 07/06/2011 que a escola passa a denominar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental André Rebouças.

A faixa etária atendida em idade escolar adequada é de 04 a 14 anos, ou seja, Educação infantil e Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais. A comunidade do Distrito da Barra do Leão caracteriza-se por acentuada atividade agrícola, pecuária e turística. Os alunos matriculados são das comunidades: Pocinhos, Cristo Rei, Linha Santa Cruz, Linha Esmeralda, Campinas, Rio Pardo, Florão da Serra, Alta Bela Vista, Linha Galdina e Barra do Leão.

A equipe gestora é composta por 01 diretora, 01 auxiliar de direção e 01 secretária. Deste grupo também fazem parte 24 professores e 6 auxiliares de serviços gerais, sendo duas destas merendeiras. A instituição funciona no período matutino das 7 h e 15 min. às 11 h e 15 min., atendendo alunos dos anos finais e no período vespertino das 13h e 10min h às 17h e 10min., atendendo a educação infantil e anos iniciais comportando 01 turma para cada ano-série, atendendo no total 152 alunos.

### 3.1 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

A busca pela qualidade tem sido o pivô dos discursos políticos sobre as ações na educação. Com este fim realizamos o levantamento do diagnóstico da escola levando em conta as dimensões: socioeconômica, administrativa, pedagógica, financeira, física, ligados ao objetivo geral deste plano.

#### 3.1.1. Objetivo Geral Do Plano

Proporcionar situações de ensino aprendizagem para que os educandos se tornem mais autônomos, críticos e reflexivos, valorizando, respeitando e contextualizando à sua realidade sócio econômica cultural, previstas na LDB.

#### 3.1.2. Dimensão Socioeconômica

Dimensão social almeja-se promover a participação e a união da família com a escola informando-lhes de todos os fatos relevantes que ocorrem na instituição chamando-lhes para conhecer a escola e o método de ensino para 2017.

Dos 152 alunos que frequentam esta instituição, foram pesquisados um percentual de 20% sendo estes alunos do 7º ano podendo-se diagnosticar que as famílias são 100% agrícolas, produtores de grãos, integrados de aves e suínos e produtores de leite. Destes, 80% são proprietários e 20% são funcionários das atividades agrícolas citadas acima. Etnicamente, 98% são descendentes de italianos e procedentes de imigrantes advindos do Rio Grande do Sul e apenas 2% são pardos, estes descendentes de índios tipicamente brasileiros.

Em média a renda familiar destas famílias varia entre 1.800,00 a 5.000,00 mensais, sendo que 98% destas são compostas de 4 a 6 pessoas (pai, mãe, vó, vó e dois filhos) e apenas 2 % moram com a mãe, o padrasto e mais que dois irmãos. Nesta pesquisa também diagnosticamos que 100% dos pais são alfabetizados, 60% estudaram e completaram a 4ª série do ensino fundamental séries iniciais e 20 % não concluíram, 10% concluíram o ensino fundamental séries finais e 10% tem nível superior.

Uma comunidade que participa e auxilia a instituição sempre que possível em festas, promoções em geral, porém acomodados não criticando o que as vezes se faz necessário criticar para que haja evolução na educação e conhecimento de seus filhos.

### **3.1.3. Dimensão Pedagógica**

Na Dimensão Pedagógica busca-se valorizar o profissional da educação, elevando a autoestima, o saber, a dignidade e o crescimento pessoal; capacitar e aperfeiçoar os profissionais da educação; prever tempo para Conselho de Classe e Reuniões Pedagógicas; promover integração constante da comunidade educativa; integrar a comunidade educacional sobre o Projeto Pedagógico; organizar o planejamento e prática pedagógica de forma a proporcionar na sala de aula espaço de discussão, apropriação e construção de novos conhecimentos; buscar recursos através de projeto de aquisição de mais livros de literaturas, de vídeos e de brinquedos para acervo da biblioteca de acordo com cada faixa etária; promover a inclusão social, através de projetos extracurriculares; discutir mudanças da “pedagogia” da escola; convocar os pais para reuniões periódicas visando maior interação da escola com a comunidade para obter os resultados esperados; promover a interatividade com os estudantes: incentivar e realizar campanhas, atividades culturais, cívicas e esportivas, desenvolvendo a criatividade, a solidariedade, a iniciativa e o espírito de equipe dos alunos.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental André Rebouças (EMEF) percebe a educação como um processo permanente e integral, fundamenta-se no compromisso de oferecer ao educando oportunidades de desenvolver a autonomia, a ação - reflexão - ação (práxis), a criatividade e a criticidade numa busca constante de uma melhor qualidade de vida.

É preciso dar um novo significado à escola, condizente com o mundo atual, com seus tempos, rituais e processos, de modo que ela possa, efetivamente, estar voltada para a formação de sujeitos ativos, reflexivos, cidadãos atuantes e participativos surgindo como espaço de fazer-se e refazer-se pela pesquisa.

Para a Educação Infantil as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013, p. 87-88), apontam um conjunto de princípios defendidos pelos diversos segmentos ouvidos no processo de sua elaboração e que devem orientar o trabalho nas instituições de Educação Infantil dando sua importância na consolidação de práticas pedagógicas que atendam aos objetivos gerais da área: Princípios éticos; Princípios políticos e Princípios estéticos.

Quanto ao currículo do Ensino Fundamental, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº. 9.394/96 estabelece em seu artigo 26 que: os currículos devem abranger o estudo da língua portuguesa e da matemática, o ensino da arte, a

educação física, o ensino da História do Brasil, ao menos uma língua estrangeira moderna, a música, entre outros, incluindo os temas transversais.

Os conteúdos escolares devem estar em consonância com as questões sociais contemporâneas, cujas aprendizagens sejam consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres, considerando suas expectativas, a dos pais, da comunidade, dos professores, favorecendo a participação ativa na vida científica, cultural, social e política do Município.

Entendido como membro efetivo, de direito e de fato construtor da sociedade, almeja-se um discente consciente de seu papel no contexto social e ético em que está inserido, sendo capaz de construir o seu espaço individual e coletivo de acordo com os princípios avalizados pelo grupo social, entendendo e superando os conflitos e respeitando as diferenças entre eles.

E para formar uma sociedade igualitária e democrática necessita de um professor que aprenda a discutir, argumentar e construir coletivamente o saber científico e o espaço escolar, superando os conflitos e convivendo com as diferenças. Portanto, é necessário que o professor elabore seu planejamento pensando no aprendizado e no desenvolvimento de todos, com um envolvimento efetivo na definição dos objetivos e das etapas para alcançá-los, na participação, nas atividades vivenciadas e no processo de avaliação. Nessas situações, o educador é mediador do conhecimento, é ele quem “dá” a direção. Dessa forma, é importante não esquecer que o trabalho do professor deve estar vinculado ao PPP da escola.

No entanto, o que vemos na prática é que alguns professores ainda, usam métodos pedagógicos clássicos. Não sei se por comodismo, pelo sistema educacional capitalista formando seres impensantes ou pela desvalorização da classe, enfim.

#### **3.1.4. Dimensão administrativa**

A Dimensão Administrativa se refere ao âmbito burocrático da escola, como criar rotinas administrativas coerentes com a atividade de cada professor; manter a qualidade no atendimento da secretaria da escola, atendendo prazos de entrega de documentos; atuar como suporte para ajudar a APP e o Conselho Deliberativo a manter seus documentos em ordem e atualizados.

A gestão da escola é composta por uma diretora, uma auxiliar de direção e uma secretária sendo todas especialistas na área da educação; na educação infantil duas professores atuam, sendo uma graduada e a outra está cursando pedagogia.

Cinco professoras regentes de ensino fundamental nos anos iniciais e três professoras de matérias específicas, quatro são graduadas e quatro estão cursando o ensino superior e oito professores de séries específicas que atuam no ensino fundamental-anos finais, destes cinco são habilitados e três estão cursando a graduação.

Duas professoras são estudantes de pedagogia, uma atua na biblioteca e nas aulas de reforço escolar e a outra atua na sala digital como instrutora de informática; quatro professoras trabalham com o programa Mais Educação que funciona em período integral onde todas estão cursando curso superior e seis auxiliares de serviços gerais sendo que duas destas atuam como cozinheiras totalizando um total de trinta e três funcionários. Todos, independentemente da função em que atuam devem ser responsáveis com suas tarefas desempenhando domínio e compromisso com a educação.

### **3.1.5. Dimensão física**

Para a Dimensão Física busca-se utilizar em sala de aula todos os recursos pedagógicos e tecnológicos disponíveis na escola para promover a aprendizagem; conservar as instalações físicas da Unidade Escolar em bom estado de uso, realizando reformas quando necessário e colaborando com a limpeza da área denominada a escola; em parceria com a secretaria de educação do município e empresas parceiras cercar o pátio da escola; instalar calhas e toldo na entrada da escola; acesso coberto ao ginásio de esportes; ampliação da escola com construção de refeitório, salas, auditório e banheiros adaptados para Educação Infantil e Portadores de Necessidades especiais para atender a demanda de alunos do Ensino Regular; instalação de parque infantil; instalação de laboratório de ciências; ampliação da biblioteca; revestimento e pintura da quadra para várias modalidades esportivas; Implantar uma horta escolar para o melhoramento e aperfeiçoamento.

A E.M.E. F. André Rebouças, conta com uma área total de oito mil duzentos e sessenta e oito metros quadrados ( $8.771\text{m}^2$ ), tendo uma área construída de novecentos e oitenta e quatro metros e quarenta centímetros quadrados ( $984,4\text{m}^2$ ), a área do campo de futebol suíço com mil e trezentos e onze metros quadrados ( $1.311\text{m}^2$ ), a área do poço artesiano com oitenta e três metros e cinquenta centímetros quadrados ( $83,5\text{m}^2$ ), a área



do posto de saúde com quinhentos e dez metros quadrados (510m<sup>2</sup>), a área livre com cinco mil e trezentas e setenta e nove metros quadrados (5.379m<sup>2</sup>), a área do ginásio de esportes com 958,24 m<sup>2</sup>.

Sua estrutura é formada por um prédio, em alvenaria, contendo uma sala para a secretaria, uma sala para a direção, uma sala para os professores e funcionários, uma sala para o laboratório de informática, uma sala com lousa digital, sete salas de aula, biblioteca com um acervo de livros divididos em literaturas infantis: 2164 literaturas infanto-juvenil: 1554, livros didáticos: 2601, manuais de professor: 590, livros de pesquisa: 851, dicionários de português: 157, Inglês: 39 e espanhol: 30 e mapas: 49. Totalizando: 7760 livros. Possui também muitos jogos, materiais esportivos, computadores, armários entre outros, que são materiais indispensáveis para o bom funcionamento da escola.

Também possui uma cozinha, um depósito para guardar materiais e utensílios de apresentação, um camarim para figurinos e roupas de apresentações, um depósito para guardar materiais de limpeza e equipamentos em geral, um depósito para guardar os alimentos para a merenda, uma varanda coberta onde os alunos lancham, cinco banheiros, calçadas e uma área de circulação.

Destes, os banheiros não são adaptados para a educação infantil, não há refeitório adequado e também não há laboratório de ciências sendo metas a serem alcançadas. Quanto a acessibilidade aos portadores de deficiência física, tem-se a entrada principal e uma sala de aula apenas não fazendo-se necessário devido não termos alunos que necessitem. Porém temos II professores que trabalham com alunos portadores de necessidades intelectuais que acompanham estes alunos em sala diariamente.

Atualmente, há uma necessidade de criar uma horta pois assim poderíamos utilizar este espaço com todas as suas dimensões pedagógicas.

### **3.1.6. Dimensão financeira**

A Dimensão Financeira é a que cuida da gestão dos recursos que financeiros da escola. A grande dificuldade tem sido a de tornar pública a aplicação de Recursos com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) realizando prestação de contas dos prazos e em conformidade com as normas exigidas. No entanto, verifica-se que isto ainda não acontece como se deseja.

#### **4. METAS E AÇÕES DO PLANO**

As dimensões passam discussões que tornam viável o prosseguimento para os anos seguintes, reestruturado e fazendo as inovações que se julguem necessárias, sendo um processo de construção significativa do conhecimento, de maneira contínua, através de observações direta e indiretamente durante todas as atividades e ações realizadas pela comunidade educativa.

A lei 9394/96 da LDB prevê a gestão educacional democrática nas escolas sob dois aspectos: interno - que contempla os processos administrativos, a participação da comunidade escolar nos projetos pedagógicos; e externo - ligado à função social da escola, na forma como produz, divulga e socializa o conhecimento. Partindo deste ideário, incorporar novas políticas públicas em substituição ao termo administração escolar desenvolvendo uma gestão educacional transformadora e cidadã, permitindo pensar gestão no sentido de uma articulação consciente entre ações que se realizam no cotidiano da instituição escolar e o seu significado político e social.

Partindo deste pressuposto de gestão democrática, anualmente reúnem-se todos os funcionários, os alunos, os membros da APP, do conselho deliberativo e do conselho fiscal desta instituição para traçar metas a serem alcançadas. Levantam-se preposições de acordo com cada grupo e sua respectiva dimensão, e após isso é levado em assembleia de país para que as mesmas sejam aprovadas ou não.

Observando o contexto em que a escola está inserida, faz-se necessário o planejamento das ações administrativas e pedagógicas para que os recursos advindos das esferas públicas e privadas sejam aplicadas de maneira adequada, enfatizando que o principal elemento do sistema educacional é a evolução e o conhecimento do educando tornando-o um cidadão crítico e agente transformador da sociedade. Perante isto, objetiva-se metas para serem alcançadas.

<b>DIMENSÃO SOCIOECONOMICA</b>					
META: Promover a participação e a união da família com a escola informando-lhes de todos os fatos relevantes que ocorrem na instituição chamando-lhes para conhecer a escola e o método de ensino para 2017.					
<b>Ação</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Período</b>	<b>Público Alvo</b>	<b>Recurso</b>	<b>Responsável</b>
Ação 1: Realizar pesquisa de campo para que os mesmos expressem sua opinião quanto ao assunto que está sendo discutido para o ano de 2017.	Realizar reuniões entre família e escola para a criança se desenvolver em todos os aspectos e ter sucesso na aprendizagem.	10/2016 a 12/2017.	A comunidade escolar.	Gestão escolar e material impresso.	Gestão escolar.
Ação 2: Tabular dados tomando conhecimento dos anseios familiares em relação a instituição de ensino.	Tomar conhecimento dos anseios familiares em relação a instituição de ensino.	10/2016 a 12/2017.	A comunidade escolar.	Questionário respondido pela comunidade escolar.	Gestão escolar.
<b>DIMENSÃO PEDAGÓGICA</b>					
META: Discutir mudanças da “pedagogia” da escola.					
<b>Ação</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Período</b>	<b>Público Alvo</b>	<b>Recurso</b>	<b>Responsável</b>
Ação 1: Sensibilizar os professores para a importância de novas metodologias pedagógicas adequadas que promovam a ação-reflexão.	Ampliar a prática pedagógica através de metodologias para melhor desenvolvimento do educando.	02/2016 a 12/2017.	Professores.	Professores e material didático.	Coordenação pedagógica.
Ação 2: Proporcionar palestra com um profissional da educação a fim de inovar as metodologias pedagógicas.	Promover a interação entre toda a comunidade educativa a fim de propiciar o desenvolvimento da autonomia do aluno e a construção de conhecimentos de distintas áreas do saber.	02/2016 a 12/2017.	Professores.	Palestrante e professores.	Gestão escolar.

<b>DIMENSÃO ADMINISTRATIVA</b>					
META: Criar rotinas administrativas coerentes com a atividade de cada professor.					
<b>Ação</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Período</b>	<b>Público Alvo</b>	<b>Recurso</b>	<b>Responsável</b>
Ação 1: Realizar reunião para discutir as funções e as atividade de cada profissional	Sensibilizar todos para que saiba qual sua função e suas obrigações na escola.	02/2016 a 12/2017.	Equipe gestora.	Reunião	Equipe gestora.
Ação 2: Definir atividades criando rotinas administrativas para o profissional para que não sobrecarregue a minoria ou deixe a desejar execuções fundamentais.	Distribuir as tarefas administrativas de forma que todos colaborem um pouco com estas tarefas.	02/2016 a 12/2017.	Equipe gestora.	Reunião	Equipe gestora.
<b>DIMENSÃO FINANCEIRA</b>					
META: Tornar público a aplicação de Recursos com o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) realizando prestação de contas dos prazos e em conformidade com as normas exigidas.					
<b>Ação</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Período</b>	<b>Público Alvo</b>	<b>Recurso</b>	<b>Responsável</b>
Ação 1: Realizar encontro entre a comunidade educativa, a APP e conselho deliberativo para definir a aplicação do recurso PDDE.	Compartilhar com a comunidade a tomada de decisão e o modo como os recursos são aplicados.	03/2016 a 12/2016.	Comunidade escolar.	Direção e material impresso com valores R\$ a serem aplicados.	Direção, APP e Conselho Deliberativo.
<b>DIMENSÃO FÍSICA</b>					
META: Implantar uma horta escolar para o melhoramento e aperfeiçoamento do ensino aprendizagem dos educandos.					
<b>Ação</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Período</b>	<b>Público Alvo</b>	<b>Recurso</b>	<b>Responsável</b>
Ação 1: Construir uma horta para que os alunos e professores cultivem-na podendo intercalar teoria e prática no ambiente escolar produzindo alimentos que podem ser incorporados a merenda escolar.	Manter o contexto histórico cultural familiar dos educandos incentivando-os a cultivar suas raízes e o meio em estão inseridos.	02/2016 a 12/2017.	Alunos, professores e funcionários.	Professores, construtora e material de construção (blocos, pilares de concreto, tela e cimento).	Direção, APP e Conselho Deliberativo.

#### 4.1 AVALIAÇÃO DO PLANO

A mesma se dará através de encontros para se discutir a viabilização e prosseguimento para os anos seguintes, reestruturado e fazendo as inovações que se julguem necessárias. Realizar-se-á também a avaliação do processo de construção significativa do conhecimento, de maneira contínua, através de observações direta e indiretamente durante todas as atividades e ações realizadas pela comunidade educativa. A verificação dar-se-á através de atividades que envolvam o tema, a participação em todos os procedimentos metodológicos e a mudança de atitude que venham a ser verificados no ambiente escolar, familiar e social.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se neste plano, elucidar a organização escolar indicada pela LDB abordando o compromisso da gestão democrática na garantia de acesso e permanência do aluno na escola, destacando a educação como um bem social indispensável à sociedade e a necessidade de uma oferta justa desse bem, e com qualidade capaz de transpor as desigualdades e formar cidadãos mais conscientes e comprometidos com a transformação da sociedade. Percebe-se que para promover um ambiente democrático, é preciso romper com uma série de práticas caracterizadas pela hierarquia de poderes do sistema de ensino.

É dever do gestor garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, cumprindo a legislação e incentivando práticas educativas mais democráticas, além de favorecer a elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico da Escola e apoiar o Conselho de Escola, pois são estratégias que facilitam a gestão democrática. Todavia, é preciso que a participação dos envolvidos aconteça de fato e não apenas para mascarar a realidade, pois assim, estará criado um falso contexto da instituição.

É preciso fortalecer a participação buscando meios para que professores, coordenadores, funcionários, pais de estudantes e a comunidade local participem ativamente, efetivando um processo de gestão inovador que torne possível a construção de uma nova cultura escolar.

A escola é um local privilegiado de encontro com o diferente. Neste sentido, o trabalho pedagógico deve ser pautado nos princípios democráticos da igualdade, do respeito, da não discriminação, da ética, do desenvolvimento de atividades que promovam a autoestima do educando de acordo com seu contexto sócio econômico e cultural. É importante destacar também que a dinâmica da sociedade moderna trará constantemente novos desafios à ação educativa e ao trabalho do gestor, exigindo novas competências, novos saberes e novas atitudes à função desse profissional que precisa estar em permanente formação.

## REFERÊNCIAS

BASTIANI, Sherlon Cristina de e NARDI, Elton Luiz. **Construindo a qualidade da Educação: entre o desafio da ação escolar e a produção de resultados oficiais**. In. Qualidade da Educação no Ensino Fundamental – Entre políticas e a (ex)tensão do tema na escola pública. Orgs. NARDI, Elton Luiz e SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Editora Unijuí, Ijuí. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 \_ 5º Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

CAMPOS NOVOS. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Sistema Público Municipal de Campos Novos**. Campos Novos, SC.

ESTEBAN, M.T. **O que sabe quem erra?** 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5º Ed. Revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

**Parâmetros Curriculares Nacionais**. volumes 01 a 10/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 1996, p.144.

RIBEIRO, Márden de Pádua; CORNELIO, Alice da Silva; OLIVEIRA, Talita Renata Belintani. **A Democratização da Gestão Escolar Pública Como Ferramenta de Transformação Social Para Além do Capital**. Revista Científica de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte, vol. 7, nº 1, Jan./Jul. 2014 – [www.http://revistas.umibh.br/index.php/dchla/index](http://revistas.umibh.br/index.php/dchla/index).

SILVA, Jair Militão da. **A Autonomia da Escola Pública: A re-humanização da escola**, Campinas, SP, Ed. Papyrus, 1996.